Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data ____/____/____
cod. 03 . 000 19

Produção de Petróleo e de Gás Natural no Estado do Amazonas

Projeto Petróleo e Gás Natural de Urucu

Relatório da Viagem de Pesquisa 01.03. – 30.04.1998

Um trabalho realizado por:

Dieter Gawora, M.A.
- Sociólogo-
Lateinamerika Dokumentationsstelle Brasilien
Centro de Documentação América Latina - Brasil
Fb 06
Universität Gesamthochschule Kassel
34 109 Kassel
Alemanha
Tel.: 0049 (0) 561 804-3385
Fax.: 0049 (0) 561 804-3738
e-mail: gawora@isp.uni-kassel.de

Acervo ISA

Agradecimento

A todos as instituções e pessoas que encontrei no Brasil o meu agradecimento. Das mais variadas formas, muitos contriburiam para o sucesso dessa viagem.

Em Alemanha, fui apoiado pela Universidade Gesamthochschule Kassel e pela organização Pão para o Mundo (Brot für die Welt).

Indice

Introdução
Descrição do Projeto
Falta de Informação e Falta Participação da Sociedad
Os Impactos sociais, ecológicos e econômicos do Poliduto Urucu - Coari e do Terminal Solimões
Impactos diretos sobre a população ribeirinha
- Água
- Farinha
- Peixe
- Caça
- Castanhas

Impactos sobre a cidade de Coari
- Crescimento descontrolado
- Prostituição
- Prostituição Infantil
- Drogas
- Criminalidade
- Doênças Sexuais Transmissíveis
- AIDS
- Desemprego

As Consequências para toda a Região
Planos Subsequentes para a Realização do Projeto "Gás Natural de Urucu"
O Componente Norte – Maximização dos Impactos
O Componente Sul – Energia com o Fim de Abertura para o Pacifico
Conclusões preliminares
Notas do Autor
Documento· 1° Seminário sobre o Gás de Urucu

ntrodução

I

A base do presente relatório são os resultados da minha viagem de pesquisa entre 1 março e A 0 de abril de 1998. Nesta ocasião passei pelas seguintes cidades. Rio de Janeiro, Goiania, 3 'orto Velho, Manaus e Coari. Além dessas cidades, também visitei a área de produção de P etróleo e gás natural de Urucu e as margens do Rio Urucu. Em minhas viagens contactei p iversas instituições e conversei com mais de 200 pessoas, recolhendo material para uma d nálise do Projeto Petróleo e Gás Natural de Urucu. As instituições e pessoas contactados a ɔram as seguintes:

fi
- Petrobrás e suas subsidiarias
- Eletrobrás, Eletronorte e Companhia Energética do Amazonas – CEAM
- Ministério das Minas e Energia
- Ministério do Planejamento
- Ministério de Meio Ambiente
- Senado Federal em Brasília
- Câmara dos Deputados em Brasília
- Câmara Estadual em Porto Velho
- Câmara Estadual em Manaus
- Diversas grandes Organisações Não Governamentais – ONG's
- Conselho Indígena Missionário – CIMI
- Comissão Pastoral da Terra – CPT
- Universidade de Manaus
- Universidade de Porto Velho
- ONG's locais e regionais em Manaus, Porto Velho e Coari
- Fórum Rondônia,
- Fórum Amazonas
- Sindicatos indústriais
- Associações da Indústria
- Diversas instituições e órgãos governamentais em Coari
- E, o que não poderia deixar de ser citado, muitos ribeirinhos do rio Urutu e cidadões da
- cidade de Coari.

s entrevistas que fiz e o material que recolhi serão nos próximos meses analisados por mim A em seguida, publicados para a comunidade cientifica e civil

e, Fórum Amazonas e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Manaus, em Porto Velho, o O ɔrum Rondônia, em Goiânia, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, no Rio de Janeiro, a F etrobrás, foram pessoalmente informados sobre os primeiros resultados de minhas pesquisas P final da viagem.

n s primeiros resultados serão apresentados em forma de relatório preliminar às pessoas O trevistadas. Isso é uma contribuição no sentido de compensar a falta de informação e en nsparência em torno do Projeto de Petróleo e Gás Natural, e, assim, talvez, fomentar a tr vulgação de mais informação e, ao mesmo tempo, dar início a um urgente debate no seio da di ciedade sobre o referido projeto.

so te trabalho é parte integrante de um projeto de estudos de impactos ambientais e sociais no E ste, no Oeste e no Sul, a nível mundial, desenvolvido na Universidade de Kassel.

L

Acervo ISA

Descrição do Projeto

A PETROBRÁS localizou a existência de petróleo e gás natural na região de Urucu, no Estado do Amazonas Já nos anos 80 havia a exploração de petróleo, o qual era transportado até o rio Tefé através de óleoduto, e seguido, então, através de balsas até a cidade de Tefé O petróleo era armazenado num grande navio petroleiro e levado em pequenas embarcações até à refinaria de Manaus

No início dos anos 90, pesquisou-se numa pré-fase a possibilide de aumentar não somente a exploração de petróleo e gás natural, como também aperfeiçoar os meios de transporte utilizados. Entre diversas alternativas foi escolhida a seguinte:

Para o transporte do petróleo e do gás advindo do petróleo (GLP - butano,etano) será utilizado um poliduto com uma extensão de 280 km, de Urucu até Coari. Em Coari esses produtos serão armazenados num terminal, do qual os navios tanques poderão ser abastecidos.

O gás natural (metano) deverá ser transportado através de um gasoduto até Coari, onde será erguida uma planta de liquefação, que congela o gás até -162° C, o qual, em forma de gás natural liqueifeito (GNL), será transportado em tanques especiais para Manaus, para uma localidade na margem esquerda do rio Amazonas, provavelmente Oriximiná, e para Macapá (Amapá)

Nos três locais acima citados serão erguidas plantas de revaporização, como também usinas termoelétricas, sendo que algumas já existentes serão reaparelhadas. De Urucu até Porto Velho será construído um gasoduto. Em Porto Velho construir-se-á também uma usina termoelétrica, a qual fornecerá energia para Rondônia e, por meio de linhas de alta tensão, para Rio Branco (Acre) (Mapa 1)

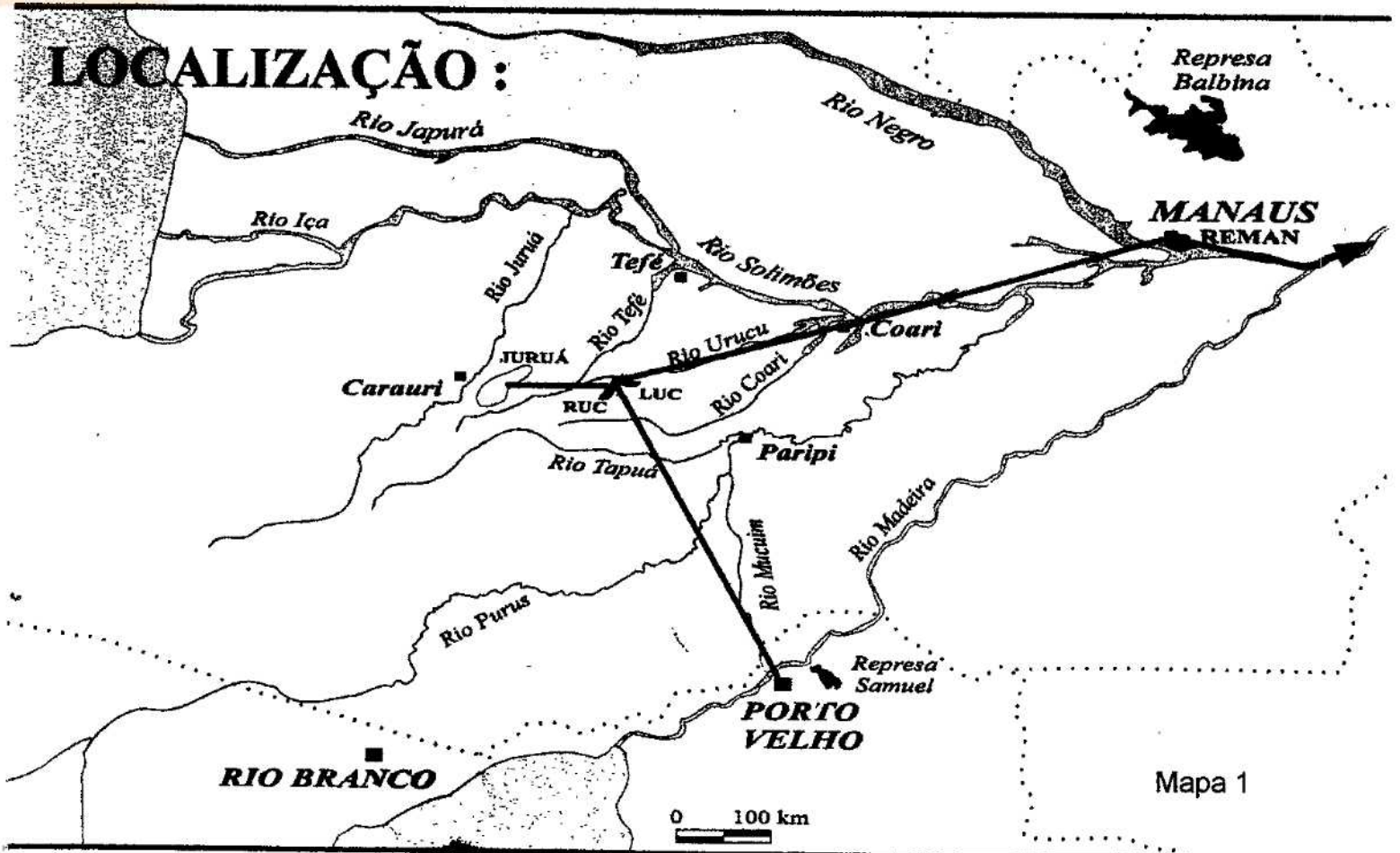
Os planos originais foram em fins de abril / 1998 surpreendentemente modificados O projeto de liquefação de gás natural foi preterido pela construção de um gasoduto de Coari para Manaus. As linhas dos gasodutos até Porto Velho e Manaus não foram ainda escolhidas em definitivo.

Possivelmente, as faixas dos gasodutos Urucu – Porto Velho e Coari – Manaus não foram ainda definidas As faixas sugeridas dentro dos Estudos Ambientais para o Escoamento de Hidrocarbonetos da Região de Urucu poderão ser definitivas (Mapa 2)

O Projeto tem hoje os seguintes componentes:

1 Poliduto Urucu - Coari para o transporte de petróleo e GLP (pronto).
2 Terminal Solimões em Coari, para o armazenamento de petróleo e GLP (em construção, finalização prevista para outubro de 1998)
3. Aumento da capacidade produtiva de petróleo e gás natural em Urucu (Polo Arara) (em construção, finalização prevista para outubro de 1998).
4 Gasoduto Urucu - Coari (em construção, finalização prevista para fim de 1998).
5. Gasoduto Urucu - Porto Velho (estudos preliminares para o RIMA em andamento, planejado início das obras para 1999).
6 Gasoduto Urucu - Porto Manaus (estudos preliminares para o RIMA em andamento, planejado inicio das obras para 1999)
7 Usina termoelétrica em Porto Velho (planejado início das obras para 1999; inauguração prevista para o ano 2000)
8 Usina termoelétrica em Manaus (planejado início das obras, 1999, inauguração, 2000).
9 Linha de alta tensão Porto Velho - Rio Branco.

Acervo ISA



Mapa 1

Acervo ISA

Setecentos trabalhadores estão empregados na construção do Terminal Solimões, a qual será operada por dois engenheiros e empregará dez operários, os quais se encarregarão da limpeza da mesma

Para o aumento da capacidade produtiva de petróleo e gás natural em Urucu (Polo Arara) estão sendo empregados mais de dois mil trabalhadores. Na fase de operação serão empregados um pouco mais de cem funcionários, entre engenheiros, técnicos e pessoal de limpeza.

Na construção do poliduto Urucu - Coari foram empregados temporariamente mais de novecentos trabalhadores.

O volume financeiro do Projeto original era de 1.735.000 000 US$ (1,735 bilhões de dólares) Isso será, tendo em vista a reformulação do Projeto, um pouco modificado, mas sem sofrer alterações substanciais. (Lista dos Investimentos)

Esse Projeto pertence ao conjunto dos 42 projetos prioritários do Governo FHC, os quais estão incluídos no Plano "Brasil em Ação".

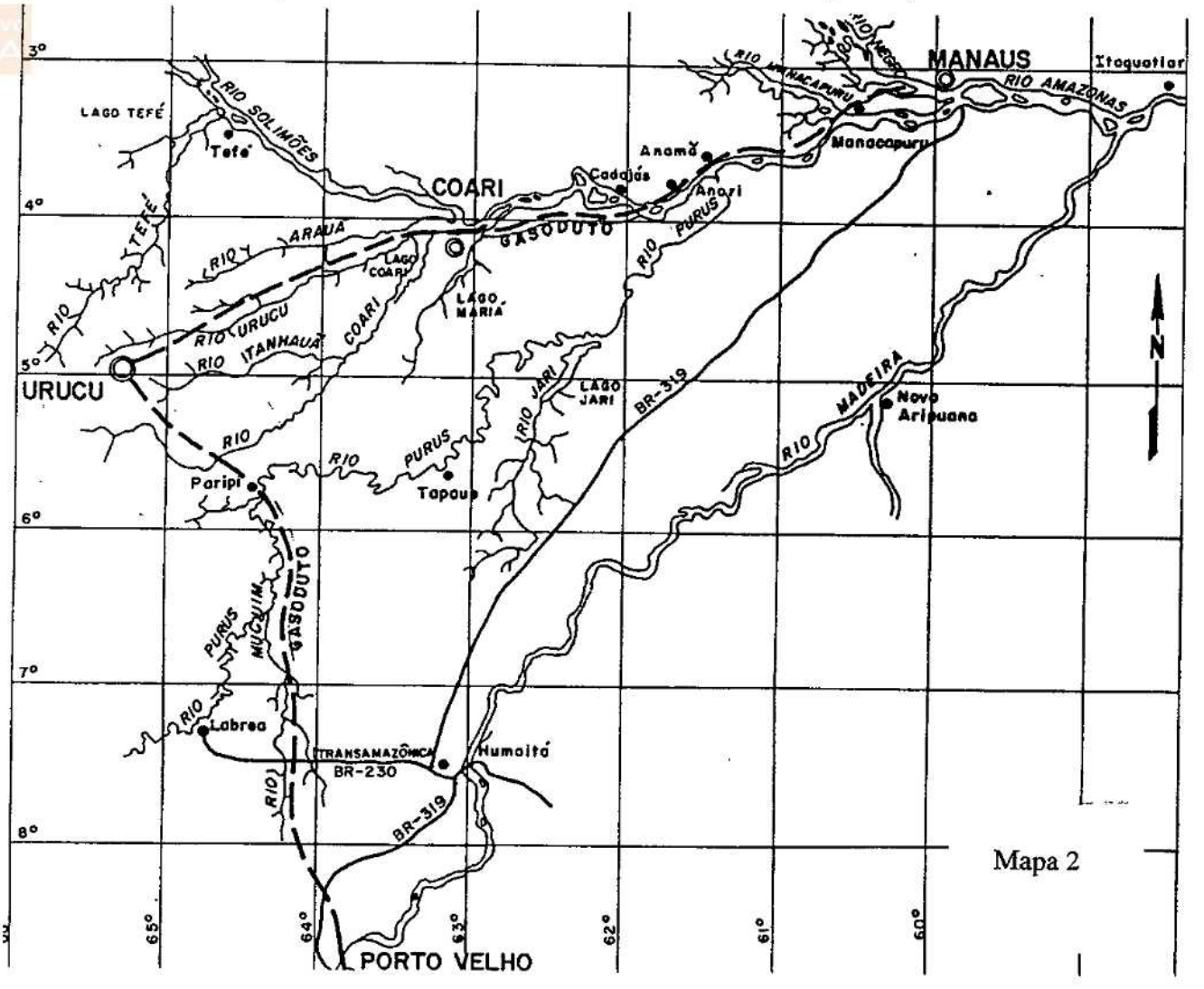
Falta de Informação e Falta Participação da Sociedade

A sociedade como um todo não está bem informada sobre o Projeto. Não houve, até agora, um processo de discussão crítica sobre o mesmo. A política de informação e participação da Petrobrás não corresponde aos atuais padrões internacionais no que tange à implementação de projetos de grande envergadura Na região Amazônica há, em geral, respeito aos parâmetros internacionais de implementação de grandes projetos. Por exemplo, no Projeto Gás Natural Camisea da empresa Shell, em território amazônico-peruano, há constantes boletins informativos em língua inglesa e espanhola. Ainda mais, houve diversos encontros em Lima sobre o tal projeto, dos quais a população peruana participou, e em Londres, com participação da sociedade civil internacional.

A total ausência de debate sobre o Projeto Urucu rebaixa a população da região a meros telespectadores de decisões, as quais dizem respeito ao futuro de seu habitat natural. A falta concreta de uma discussão aberta sobre o tempo de implantação, sobre possíveis impactos sociais, ecológicos, culturais e econômicos desse Projeto contribuiu definitivamente para um agravamento dos efeitos negativos do mesmo

O Relatório dos Impactos do Meio Ambiente (RIMA) contribui apenas de forma limitada para a qualificação da sociedade civil no que diz respeito a um debate sobre os mencionados impactos do Projeto Urucu Alguns dos previsíveis problemas sociais, principalmente para a cidade de Coari, encontram-se fora da área de estudo Por essa razão, o RIMA não pode ser considerado fonte segura no que diz respeito à avaliação dos impactos do Projeto Urucu sobre a cidade de Coari

Acervo ISA



Mapa 2

Acervo ISA

Os Impactos sociais, ecológicos e econômicos do Poliduto Urucu - Coari e do Terminal Solimões

O poliduto Urucu – Coari significa, em primeiro lugar, uma estrada de entre 20 e 30 m de largura, com 280 km de extensão.

Os impactos sociais podem ser divididos em três grupos: impactos diretos sobre a população ribeirinha, impactos diretos sobre a cidade de Coari e os impactos sobre toda a região

Impactos diretos sobre a população ribeirinha

Água

A construção da estrada para o poliduto causou o represamento de três Igarapés e seus afluentes na comunidade Vila Lira, nas márgens do rio Solimões. A água era utilizada pelos moradores como água de beber, de lavar, de banhar e para a produção de farinha d'água Após o represamento, a água tornou-se suja e mal-cheirosa A produção de farinha d'água cessou. As famílias viram-se obrigadas a comprar farinha. A água para o consumo doméstico passou a ser buscada em locais distantes. Essa situação já dura quase um ano Em outubro de 1997, durante as comemorações da Semana Social, a qual foi organizada pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos e outras ONGs, esta situação foi denunciada. Após isso, a Petrobrás e firmas empreiteiras comprometeram-se a aumentar o leito dos Igarapés e construir um poço artesiano para a comunidade Hoje em dia, as condições de vida da população não são tão ruins como outrora, mas nem de longe tão bôas como antes da construção da estrada. Quando chove muito, as águas dos Igarapés são imprestáveis para uso humano. Ainda, a água do poço artesiano assume cor roxa e gosto ferroginoso A comunidade a repudia

Nenhuma instância estatal interveniu no sentido de corrigir os impactos das atividades que ameaçavam as bases fundamentais de existência da comunidade. Isso apenas ocorreu através da comemoração da Semana Social.

Farinha

Os problemas com a produção de farinha d'água ocorren não apenas em Vila Lira, mas também ao longo do rio Urucu. O rio Urucu e seus afluentes são utilizados pela população ribeirinha para a produção de farinha d'água As raízes da mandioca são mantidas debaixo d'água por algumas semanas dentro de uma canoa. A Petrobrás e as firmas empreiteiras utilizam lanchas, as quais, ao passarem perto das moradias dos ribeirinhos em alta velocidade, viram os barcos com mandioca e provocam a perda das mesmas

Peixe

De acordo com diversos depoimentos, a quantidade de peixes no rio Urucu diminui drasticamente. O tambaqui quase não existe mais no rio. O já existente problema da pesca industrial foi agravado com o crescimento do trânsito de navios da Petrobrás e das empresas

PROJETO DE GÁS NATURAL DE URUCU

PETROBRAS FERTILIZANTES S/A
PETROFÉRTIL

INVESTIMENTOS SETOR GÁS NATURAL
(ESTIMATIVAS PRELIMINARES)

	US$ milhões
E&P	380
GASODUTO URUCU-COARI	110
GASODUTO URUCU-PORTO VELHO	175
PLANTA DE LIQUEFAÇÃO	200
TRANSPORTE FLUVIAL DE GNL	150
PLANTAS DE REVAPORIZAÇÃO	100
TOTAL	**1115**

PROJETO DE GÁS NATURAL DE URUCU

PETROBRAS FERTILIZANTES S/A
PETROFÉRTIL

INVESTIMENTOS SETOR ELÉTRICO
(ESTIMATIVAS PRELIMINARES)

	US$ milhões
TERMELÉTRICAS AM	265
TERMELÉTRICAS RO	175,5
TERMELÉTRICAS AP	44,5
TERMELÉTRICAS PA	30
LINHA TRANSMISSÃO PORTO VELHO-RIO BRANCO	105
TOTAL	**620**

Acervo ISA

empreiteiras. Segundo um morador, às vezes não é possível pescar um peixe sequer. Isso significa que um elemento fundamental na alimentação da população ribeirinha está sendo fortemente reduzido.

Caça

Acima de tudo, os moradores da margem esquerda – a estrada percorre mais ou menos dois quilômetros ao longo da margem esquerda do rio Urucu – reclamam que os animais de caça estão escassos. Os animais não atravessam a estrada, o que obriga os moradores a percorrerem longos caminhos até os locais de caça. Ainda, a estrada é utilizada por outros, os quais, de forma ilegal, invadem as áreas de caça de alguns ribeirinhos e vendem em Coari as peles e a carne dos animais caçados.

Castanhas

Além da comercialização da farinha, os ribeirinhos possuem uma segunda fonte de renda: colheita e venda de castanhas. Devido à construção da estrada, foram derrubadas castanheiras e outras árvores fruteiras em alguns lugares. Na região do rio Urucu a propriedade da terra é ainda monopolizada (patronagem). A relação econômica entre o patrão e o ribeirinho dá-se através do comércio da castanha. O produto da venda da castanha é meiado entre o ribeirinho e o dono da terra (patrão). As indenizações pela construção da estrada foram pagas apenas aos patrões. O prejuízo dos ribeirinhos, os quais se viram privados de sua fonte de subsistência, não foi compensado.

Impactos sobre a cidade de Coari

Crescimento descontrolado

Com a instalação do Projeto Urucu, a cidade de Coari cresceu de forma incontrolada. Na esperança de encontrar trabalho no Projeto, milhares de pessoas, em sua maioria homens, mudaram-se para Coari. A cidade não estava preparada para um tal crescimento desordenado. Ainda, muitos dos 700 trabalhadores, os quais trabalham na construção do Terminal Solimões e dormem em barracas, dirigem-se à cidade de noite e nos fins de semana.

Prostituição

A prostituição tornou-se um problema mais grave com o crescimento desordenado da cidade.

Prostituição Infantil

Ao lado da prostituição adulta, há também em Coari, devido ao Projeto Urucu, um enorme número de menores (rapazes e moças) que se prostituem. Não existe nenhuma estatística

sobre a prostituição adulta e a prostituição infantil. Não existe também nenhuma instituição que analisa tal fenômeno, o qual, hoje, pode ser apenas apreendido de forma indireta, como por exemplo através do número de crianças em idade entre 11 e 14 anos responsáveis por 2% dos partos em Coari

Drogas

Coari tornou-se o centro do tráfico de drogas da região Meio Solimões, uma consequência do Projeto Urucu e do crescimento da população Isto é uma reclamação que se depreende de quase todas as conversas em Coari, embora ninguém o diga abertamente, pois temem as represálias dos traficantes. Em Coari se pode encontrar desde cola de sapateiro até heroina Há de tudo possível. Seringas usadas já foram encontras em diversos bairros da cidade Também aqui não há nenhuma estatística a respeito do tema De acordo com apreciações diversas, há em torno de dez mil consumidores de drogas em Coari

Criminalidade

A criminalidade aumentou também de forma gigantesca

Doênças Sexuais Transmissíveis

De acordo com diversas declarações do setor de sáude, as doênças sexuais transmissíveis em Coari tornaram-se incontroláveis. Não há estatística oficial sobre tal fato

AIDS

Também de acordo com diversas declarações do setor de sáude, aumentaram bastante os casos de AIDS Para evitar casos de pânico ou histeria coletivos, tal fato não é divulgado.

Desemprego

A circulação monetária em Coari cresceu em função do Projeto Urucu. Nos fins de semana, gasta-se muito dinheiro em atividades de lazer. Surgiram trabalhos no setor formal e, acima de tudo, no setor informal de serviços. Ao mesmo tempo, contudo, o desemprego alastrou-se em Coari de forma mais intensiva Os novos imigrantes do interior não possuem as qualificações necessários para ocupar os empregos oferecidos. A situação alimentar nos novos bairros da cidade, nos quais predominam os imigrantes rurais, é precária. Algumas famílias alimentam-se do que conseguem pescar no lago Coari. Quando não têm sorte, passam fome.

O problema do desemprego e suas consequências sociais piorará a partir de outubro/novembro de 1998, pois a construção do Terminal Solimões, a construção do gasoduto Urucu-Coari e os trabalhos na região petrolífera Urucu (Polo Arara) estarão completados As oportunidades de trabalho temporário não mais existirão

Acervo ISA

As Consequências para toda a Região

A implementação do Projeto Urucu exerceu uma grande força de atração sobre os moradores da região do oeste do Estado do Amazonas. Muitos ex-moradores do interior vieram para Coari na esperança de encontrar trabalho Na grande maioria dos casos isso não se deu e essas pessoas tornaram-se marginalizadas Como não se planejou tais eventualidades antes mesmo do início do Projeto, houve em função do mesmo um grande exódo rural no Estado do Amazonas. Destruiu-se, assim, uma forma de economia sustentável na região do Amazônia, a da população ribeirinha, a qual vinha sendo praticada desde várias décadas Isso contribuiu concomitantemente para um crescimento dos problemas sociais na cidade

Planos Subsequentes para a Realização do Projeto "Gás Natural de Urucu"

As graves consequências negativas do projeto petrolífero e de gás natural para a cidade de Coari, para a população ribeirinha e toda a região do Amazônia são, em comparação com os problemas que advirão da continuação do projeto de gás natural, apenas uma faísca no paiol. Os impactos esperados serão muito mais drásticos.

A continuação do Projeto deve ser dividida em dois componentes, o norte e o sul. (Mapa 2)

O Componente Norte – Maximização dos Impactos

O componente norte do projeto de gás natural diz respeito à construção do gasoduto Urucu – Coari, a qual será acabada em fins de 1998, ainda, diz respeito também ao gasoduto Coari – Manaus, o qual foi incluído na modificação do projeto original em fins de abril de 1998 e para o qual os trabalhos preparatórios, tendo em vista o RIMA, já começaram; e, finalmente, diz respeito à construção de uma nova usina termoelétrica na base de gás em Manaus

Para compreender porquê a modificação do projeto original causará uma maximização dos impactos, faz-se necessário analisar as justificativas que originalmente foram apresentadas com a finalidade política de implementar tal projeto.

Todo o planejamento dos novos projetos de energia na região da Amazônia baseia-se num modelo de desenvolvimento com o uso intensivo de energia Esse modelo deve ser questionado e criticado Independentemente disso, está claro que a cidade de Manaus é o grande mercado consumidor de energia.

Havia, antes da decisão em prol do Projeto de Gás Natural de Urucu, pelo menos três alternativas de produção de enegia para a cidade de Manaus:

1 A energia hidroelétrica da usina de Tucuruí em Pará;

2 A energia hidroelétrica da usina de Guri em Venezuela;

3 As reservas de gás de Urucu

O argumento em prol da primeira alternativa é evidente. Trata-se do uso de uma usina brasileira, que já existe Contra tal proposta pode-se argumentar que novas estradas para os cabos de transmissão teriam de ser construídas.

O argumento em prol da segunda alternativa, quer dizer, da utilização da energia produzida em Guri, é que os cabos de transmissão de Guri para Boa Vista em Roraima já estavam prontos. Ainda, Boa Vista poderia ser abastecida com energia oriunda da Venezuela. O prolongamento dos cabos de transmissão de Boa Vista até Manaus causaria danos ecológicos e sociais de menor gravidade, pois a construção de novas estradas seria supérfluo Além do mais, essa seria também, do ponto de vista econômico, a alternativa mais barata

Um argumento fundamental em prol da terceira alternativa relaciona-se à liquefação do gás em Coari, com o qual, através de navio, o abastecimento de energia estaria garantido não somente para a cidade de Manaus, como também para toda a Amazônia

Como a modificação do Projeto foi decidida sem discussão prévia com a sociedade civil, o argumento acima, fundamental e decisivo para todo o Projeto de Gás Natural de Urucu, tornou-se inviável A redefinição do Projeto é incompreensível, tendo em vista que os parâmetros econômicos, ecológicos, sociais e culturais permanecem inalteráveis.

A Petrobrás e o Governo do Estado do Amazonas deveriam dar uma explicaçao racional e lógica, a qual pudesse justificar a remodelagem do Projeto, como por exemplo, uma modificação em algum dos parâmetros acima citados Um fato interessante é o momento em que a mudança no Projeto foi anunciada. Isso ocorreu após o começo das obras do gasoduto Urucu – Coari, isso quer dizer, num momento em que um replanejamento em relação ao uso de outras fontes de energia já era praticamente impossível

A modificação do Projeto de Gás Natural causará uma maximização dos impactos socio-ecológicos. Isso é diametralmente oposto à asserção da Petrobrás no sentido de que os efeitos seriam minimizados.

De acordo com o projeto original, deveria ser erguida uma planta de liquefação de gás natural em Coari Tal tecnologia já vem sendo empregada desde 1964 em 23 trinta plantas em todo o mundo Não há notícias de graves acidentes ou outras consenquências. Trata-se de uma tecnologia relativamente conhecida e controlável.

A cidade de Coari seria negativamente afetada durante a fase de implementação da planta de liquefação de gás natural. Esses impactos são, entretanto, relativos, pois a cidade já é o centro do Projeto e uma nova fase de construção contribuiria de forma reduzida para o agravamento da situação.

O Projeto em sua forma modificada trará consequências negativas para toda a população ribeirinha que vive nas proximidades do gasoduto Coari – Manaus, como já ocorreu com os ribeirinhos que vivem nas proximidades do poliduto Urucu – Coari. Como as margens do rio Solimões são mais povoadas do que as margens do rio Urucu, o número de afetados será bem maior.

Provavelmente serão afetadas ainda as cidades de Manacapuru e Codajás, as quais se encontram no raio de ação do Projeto. O gasoduto, o qual significa em primeira linha uma estrada, estabelecerá talvéz uma ligação entre ambas as cidades que será num futuro próximo asfaltada. As estradas na Amazônia formam a base de projetos destrutivos Isso é uma evidência que pode ser comprovada em outras partes da Amazônia Legal. Desde os anos 70, através das estradas do Sul e do Leste, chegam fazendeiros, mineradores, garimpeiros, madeireiros e novos colonos à Amazônia, os quais provocam danos ecológicos, sociais e econômicos. A estrada entre Mancapuru e Codajás significa, sem dúvidas, uma forma de dar continuidade à destruição da cultura ribeirinha, e com isso, mais uma etapa da destruição ecológica e social da Amazônia

A mudança do plano original causará, ainda, impactos indiretos. Oriximiná e Macapá deverão ser abastecidas com gás, o qual seria transformado em energia eléctrica O gás proveniente de

Acervo ISA

Urucu não poderá mais ser utilizado para tal finalidade. A pergunta que obrigatoriamente dever ser feita é: de onde virá a energia para Oriximiná e Macapá?

De forma realista, pode-se afirmar que há duas alternativas de energia: petróleo ou energia hidrelétrica. Caso novas usinas hidroelétricas sejam construídas, os impactos serão semelhantes àqueles causados pelas usinas de Tucuruí, Balbina e Samuel. A mudança do Projeto do Gás Natural causará em outras partes da Amazônia imensos danos ecológicos e sociais, os quais não ocorreriam, caso o projeto original não houvesse sido modificado.

Caso a produção de energia seja à base de petróleo, haverá de qualquer forma um maior grau de emissão de gás carbônico (CO_2) e outros gases causando o efeito estufa

22% da energia à base de gás que deveria ser produzida no componente norte foi cortado devido à reformulação do Projeto. Isto representa 16% do total da energia a ser gerada durante a primeira fase do mesmo.

De acordo com cálculos da Petrobrás, a demanda de energia à base de gás será em 10 anos quatro vezes maior do que na fase inicial do Projeto. Dentro desse cálculo foi incluída a demanda potencial ao longo do rio Amazonas nos Estados do Pará e Amapá. Se tal fato não se constituir numa propaganda com o intuito de favorecer o Projeto de Gás Natural de Urucu, pode-se perguntar. Como será possível a produção de energia, quando o gás natural de Urucu não está mais disponível? Novamente, de forma realista, há as alternativas da energia hidroelétrica ou do petróleo.

Resumindo, em relação à mudança do componente norte do Projeto de Gás Natural, há diversos pontos a serem salientados. Assim, os impactos sociais e ecológicos serão maiores do que na versão original do projeto; não se dará o propagado abastecimento abundante de energia barata para o Estados do Pará e Amapá Caso apenas Manaus seja abastecida, trata-se em termos econômicos, provavelmente, da pior variante, se se comparar isso com a possibilidade de que o uso da usina hidroelétrica de Guri tivesse sido escolhida.

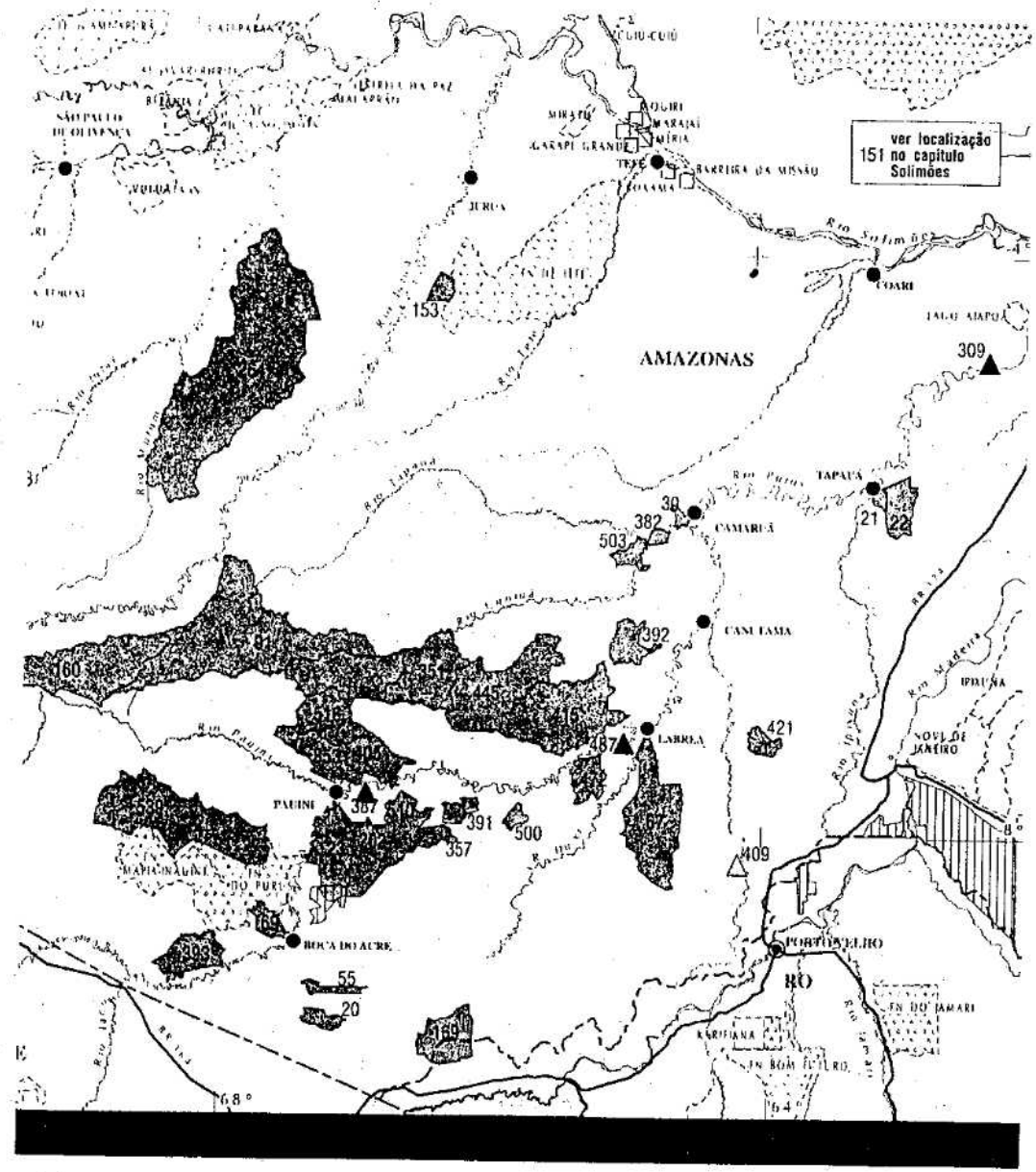
Dessa forma, justifica-se o pressuposto da maximização dos impactos do Projeto Gás Natural de Urucu.

O Componente Sul – Energia com o Fim de Abertura para o Pacífico

O componente sul abarca o gasoduto Urucu – Porto Velho, para qual os trabalhos prévios com vista à preparação do RIMA já começaram, a construção de uma nova usina termoelétrica em Porto Velho e, ainda, a instalação de cabos de transmissão Porto Velho - Rio Branco. A construção do gasoduto começará, segundo o plano, em 1999.

O gasoduto, o qual tem uma extensão de 500 km, trará em função da estrada que o acompanha as mesmas graves consequências para a população ribeirinha, como já foi descrito no caso dos ribeirinhos do rio Urucu. A diferença quantitativa nesse caso se refere ao número de ribeirinhos atingidos, o qual é bem mais elevado. As populações serem afetadas vivem ao longo dos rios Mucuim, Purus e a partir do rio Purus até a região do Projeto.

O Projeto trará também consequências para os povos indígenas cujos territórios serão cortados ou tangenciados pelo gasoduto. No geral, os territórios atingidos perfazem as áreas indígenas. AI Juma, AI Paumarí do Lago Paricá, AI Paumari do Lago Manissuã, AI Paumari do Cuniuá Paumari e o território dos indígenas isolados Jaceruba / Katawixi, o qual será ainda demarcado Ainda, de acordo com o traçado final dos gasodutos, serão atingidos os territórios AI Caititu, AI Banawa / Rio Piranhas, AI Paumari do Lago Marahã, AI Jarawara / Jamamadi / Kanamanti e AI Paumari do rio Ituxi. (Mapa 3)



limite interestadual
rodovia implantada
estrada de ferro
capital de Estado
cidade
Unidade de conservação federal
Área militar

TERRAS INDÍGENAS
reconhecida oficialmente
reconhecida oficialmente (área não representável nesta escala)
em identificação ou a identificar
apresentada em outro capítulo
apresentada em outro capítulo (área não representável nesta escala)

Mapa 3

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/1996

50 0 50 100 Km

Acervo ISA

As cidades, pelas quais o gasoduto provavelmente passará, sofrerão os mesmos impactos como ocorridos em Coari: Canutama, Camaruã, Tapauá, Lábrea e Humaitá. Devido ao tamanho e à estrutura social da cidade de Porto Velho, as graves consequências do Projeto não serão, por certo, percebidas de forma intensiva. Para as cidades atingindas, as quais são de porte menor, os impactos negativos podem ser alarmantes.

Um dos efeitos da construção da estrada 364 foi o rasante crescimento da cidade de Porto Velho nos anos 80 Em função disso, há nessa cidade enormes problemas, os quais se constituem em causas diretas do Projeto Polonoroeste

Há muitos colonos que, devido ao projeto da colonização, se instalaram em diversas partes de Rondônia e, por razões distintas, abandonaram suas terras. Atualmente dia vivem em Porto Velho

A indústria madeireira encontra-se em crise, porque o desmatamento atingiu grandes áreas e lucrativas madeiras de lei desaparecem progressivamente das reservas florestais liberadas à exploração A indústria madeireira necessita, portanto, de novas áreas de exploração.

A estrada ao longo do gasoduto pode tornar-se, a partir de Porto Velho, num perigo para o Estado do Amazonas, facilitando a penetração de madeireiros, fazendeiros e novos colonos, os quais causarão os mesmos danos ecológicos às áreas até agora comparativamente intáctas, como ocorreu em Rondônia. Isso causará uma onda destrutiva, cujos impactos serão bem maiores do que os descritos no rio Urucu, comparáveis aos efeitos negativos de outros projetos de construção de estradas, como o Projeto Transamazônica ou da BR 364.

O gasoduto Urucu - Porto Velho terá, com grande probabilidade, efeitos negativos em outras áreas Ao contrário de Manaus o Estado de Rondônia e sua capital Porto Velho não têm os mesmos problemas de abastecimento de energia. A falta de energia é por lá uma situação ocasional. Na primeira fase do projeto da usina termoelétrica Caiari, cuja inauguração está planejada para o ano 2000, serão instalados 320 MW. Isso corresponde a uma quase duplicação da atual capacidade elétrica instalada em Rondônia, a qual deverá dentro de dez anos ser aumentada para 1.100 MW. A indústria nos Estados de Rondônia e Acre não tem condição de utilizar toda essa energia sem a garantia de novos mercados consumidores. Para esses Estados, a existência de novos mercados significa apenas o acesso à Costa Pacífica da América Latina. A ligação com Centro Oeste e o Sudeste dá-se através da BR 364 e, com o Norte, através da hidrovia Madeira, ou, em breve, de novo através da estrada para Manaus, a qual será reaberta O mercado consumidor do Pacífico e, além disso, os mercados dos centros econômicos asiáticos tornar-se-ão acessíveis somente via construção de uma estrada. Uma tal estrada significa um meio de acesso direto à Amazônia brasileira. Caso isso ocorra realmente, ela será provavelmente o principal motor de destruição da Amazônia na próxima década, comparável aos catastróficos efeitos da construção da BR 364 nos anos 80. No topo dessa onda destrutiva poderão se encontradas as firmas madeireiras asiáticas.

O funcionamento da nova usina termoelétrica Caiari de Porto Velho pode ser também indiretamente acoplado à abertura para o Pacífico.

A outra alternativa, transportar o excesso de produção energética para Mato Grosso não faz muito sentido, pois o Estado do Mato Grosso já se encontra ligado à rede elétrica do Sul Além do mais, há ainda a possibilidade da construção de usinas termoelétricas à base de gás ao longo do gasoduto Bolívia – Brasil

O início das obras do gasoduto Urucu – Porto Velho significa ao mesmo tempo um aval positivo para o andamento dos outros projetos, o que representa a consolidação de um modelo da exportação, cujos custos sociais e ecológicos serão extremamente altos

Conclusões preliminares

A sociedade brasileira não se encontra bem informada sobre o Projeto de Petróleo e Gás Natural de Urucu, o qual se caracteriza pela falta da transparência. Tal desinformação abarca não somente a população ribeirinha, como também as grandes ONG's e o próprio Parlamento Assim, não se verifica a existência de um debate sobre esse Projeto.

Isso é surpreende pelos seguintes motivos:

1 Em geral, há sempre um amplo debate sobre grandes projetos na região da Amazônia;

2. Especialmente os projetos energéticos foram sempre discutidos de forma crítica;

3 Há muito mais discussão sobre projetos de petróleo e gás natural na América Latina, semelhantes ao do Urucu, como por exemplo o Gasoduto Bolívia-Brasil, Camisea, etc.

Também a nível internacional não há um debate crítico sobre o Projeto de Petróleo e Gás Natural de Urucu, o qual quase não é citado na imprensa especializada Um dos motivos pela ausência desse debate é a política de informação da Petrobrás, a qual não corresponde aos padrões internacionais. Portanto, a Petrobrás precisa atualizar sua política de informação

Tanto os responsáveis políticos quanto a sociedade civil deveriam exigir ofensivamente da Petrobrás uma política de informação mais transparente e, acima de tudo, um debate sobre o Projeto do Urucu, dado à sua dimensão.

O Projeto do Urucu é, depois de Tucuri, o segundo maior projeto energético da Amazônia brasileira, ou o maior do oeste da Amazônia. A construção do gasoduto de Rondônia significa uma decisão fundamental sobre o rumo do futuro desenvolvimento de Rondônia, Acre e sul do Amazonas. Tal decisão, a qual acarreta consequências gravíssimas, carece de um amplo debate com todos os grupos da sociedade. Os custos sociais, culturais, ecológicos e também econômicos, diretos e indiretos, parecem ser maiores do que as vantagens econômicas do *Projeto. No âmbito de um amplo debate sobre a Componente Sul. teráo de ser discutidos os* problemas acimas levantados, como também o modelo de desenvolvimento subjacente ao Projeto e, ainda, se um tal desenvolvimento baseado no uso intensivo de energia não vai de encontro a um modedo de desenvolvimento sustentável do oeste da Amazônia.

Nesse debate, as atenções deveriam ser concentradas ao modo de economia dos ribeirinhos, dos seringueiros e da população indígena, os quais ocupam a maior parte do sul do Estado do Amazonas Não se discute a sustentavelbilidade ecológica do modo de produção econômico desses grupos O papel significativo que tiveram, ao longo do tempo, no desenvolvimento da economia da Amazônia não foi ainda reconhecido

O Componente Norte do Projeto de Gás Natural deve ser discutido amplamente A mudânça do planos originais do Projeto, isto é, a construção dos gasodutos e da planta de liquefação, significa maiores custos sociais, culturais e ecológicos. É dever da Petrobrás justificar tanto a decisão original pela liquefação quanto a mudânça atual do Projeto, a qual acarretará maiores danos sociais e ecológicos.

Não há ainda nenhum estudo de impactos ambientais sobre a construção dos gasodutos para Porto Velho e de Coari para Manaus. Isso recebe, em relação ao Projeto do Urucu, uma grande *importância A sociedade civil poderá, a partir dos resultados desses estudos* ambientais, posicionar-se criticamente sobre o Projeto e, eventualmente, forçar uma reorientação da Petrobrás. Os estudos de impactos ambientais são a base de um amplo debate sobre o Projeto Urucu.

Acervo ISA

A realização de uma parte do Projeto acarretou graves consequências negativas para os Ribeirinhos e para a cidade de Coari. Esses problemas precisam ser, através de acordos entre as organizações dos Ribeirinhos, a Petrobrás e suas subempreiteiras como também organizações estatais, solucionados urgentemente.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) organizou em Coari um Seminário dos Ribeirinos entre 18 e 22 de maio passados, durante o qual as consequências concretas do Projeto para a região foram amplamente discutidas. Ainda, elabororam-se também diversas sugestões, as quais deveriam ser discutidas de forma profunda e operacionalizadas.

Notas do Autor

Esse Relatório será enviado a todas as pessoas com as quais mantive contacto, como também a instituições e interessados.

Todos estão convidados a comentar e a enriquecer de forma crítica esse Relatório. Contribuições podem ser enviadas diretamento ao meu endereço

Durante os meses de março e abril de 1999 aprofundarei, no Brasil,a minha pesquisa, ocasião em que o diálogo iniciado com as pessoas e intituições em 1998 será aprofundado.

Kassel 10 junho de 1998.

1º SEMINÁRIO SOBRE O GÁS DE URUCU

DOCUMENTO FINAL

Nos dias 18 a 22 de maio de 1998, realizou-se na cidade de Coari-AM, o 1º Seminário sobre o Gás de Urucu, promovido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que contou com a participação de 135 pessoas, entre ribeirinhos, moradores da cidade, vereadores, professores, agentes de saúde, representantes de organizações dos trabalhadores, e entidades de apoio e assessoria. O Seminário buscou analisar o projeto e conscientizar sobre os seus impactos sociais e ambientais, a partir da discussão com a sociedade local, principalmente com as comunidades afetadas. As comunidades realizaram amplo relato das conseqüências da implantação do polioduto Urucu-Coari, e a partir destas experiências foram discutidos os possíveis impactos da ampliação do projeto e as ações que a sociedade civil deverá empreender para intervir no projeto.

1. Histórico e descrição do projeto

A Petrobrás é a empresa responsável pela pesquisa e exploração da bacia petrolífera na região de Urucu. Nos anos 80, início das operações, o petróleo produzido em Urucu era transportado através de oleoduto até o rio Tefé e a partir deste através de balsas até a cidade de Tefé. Em Tefé o produto era armazenado em um navio petroleiro e depois transportado em pequenas embarcações até a refinaria de Manaus. No início dos anos 90, foram realizadas pesquisas preliminares sobre as possibilidades de ampliação da exploração de petróleo e gás natural e de aperfeiçoamento do sistema de escoamento e aproveitamento da produção de Urucu. Entre diversos esquemas alternativas o escolhido foi o seguinte:

- Para transporte de petróleo e do gás advindo do petróleo (GLP - butano, etano) seria utilizado um polioduto com extensão de 280 km de Urucu até Coari. Em Coari esse produtos seriam armazenados em um terminal a partir do qual os navios tanques poderão ser abastecidos.
- O gás natural (metano) seria transportado através de um gasoduto até Coari, onde seria erguida uma planta de liquefação para congelar o gás até 162 graus centígrados negativos. Nesta forma de gás natural liqüefeito (GNL) o produto seria transportado em tanques especiais para Manaus, e para uma localidade na margem esquerda do rio Amazonas, provavelmente Oriximiná, e para Macapá (Amapá). Nos três locais acima citados seriam erguidas plantas de revaporização e usinas termelétricas, e algumas usinas preexistente seriam reaparelhadas.
- De Urucu até Porto Velho seria construído um gasoduto. Em Porto velho seria construida uma usina termelétrica que forneceria energia para Rondônia e para Rio Branco (Acre) por meio de linhas de alta tensão.

Em Abril de 1998 estes planos originais foram modificados significativamente. O projeto de liquefação de gás natural foi preterido pela construção de um gasoduto de Coari para Manaus. As faixas dos gasodutos Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus não foram ainda definidas. As faixas sugeridas pêlos estudos ambientais para o escoamento de hidrocarbonetos da região de Urucu são uma possibilidade .

O planejamento de novos projetos econômicos na Amazônia baseia-se em um modelo de uso intensivo de energia. Independentemente desse pressuposto, está claro que a cidade de Manaus já é o grande mercado consumidor de energia da região. Havia, antes da decisão em prol do Projeto de Gás Natural do Urucu, pelo menos três alternativas de produção de energia para a cidade de Manaus:

1. A energia hidroelétrica da Usina de Tucuruí no Pará;
2. A energia hidroelétrica da usina de Guri na Venezuela; e,
3. As reservas de gás do Urucu.

O argumento em prol da primeira alternativa é evidente. Trata-se do uso de uma usina brasileira já existente. Contra tal proposta pode-se argumentar que novas estradas para os cabos

Acervo ISA

de transmissão teriam que ser construídas. O argumento em prol da segunda alternativa é que os cabos de transmissão de Guri para Boa Vista (Roraima) já estavam prontos e que o prolongamento dos cabos de transmissão de Boa Vista até Manaus causaria danos ecológicos e sociais de menor gravidade, pois a construção de novas estradas seria supérfluo. Além do mais, essa seria também, do ponto de vista econômico, a alternativa de menor custo. O argumento fundamental em prol da terceira alternativa relaciona-se à liquefação do gás em Coari que transportado por via fluvial garantiria o abastecimento de energia não só de Manaus mas também de toda a região.

O projeto tem hoje os seguintes componentes:

1. Polioduto Urucu-Coari para transporte de petróleo e GLP (pronto)
2. Terminal Solimões em Coari para armazenamento de petróleo e GLP (em construção, finalização em outubro de 1998).
3. Aumento da capacidade produtiva de petróleo e dás natural em Urucu (Polo Arara) (em construção, conclusão outubro de 1998).
4. Gasoduto Urucu - Coari (em construção, conclusão dezembro de 1998).
5. Gasoduto Urucu - Porto Velho (estudos preliminares para o Rima em andamento, planejado início das obras, 1999)
6. Gasoduto Urucu - Manaus (estudos preliminares para o RIMA em andamento, planejado início das obras, 1999)
7. Usina termelétrica de Porto Velho (planejado início das obras, 1999, inauguração , 2000)
8. Usina termelétrica de Manaus (planejado início das obras, 1999; inauguração, 2000)
9. Linha de alta tensão Porto Velho - Rio Branco.

2. Os impactos sócio-ambientais

A forma atual do projeto ocasionará maiores impactos ambientais e sociais do que na proposta original pois pressupõem uma redução na distribuição e geração de energia elétrica a partir de gás natural ao mesmo tempo em que amplia o número de áreas e populações residentes diretamente afetadas por obras de engenharia permanentes nas faixas dos gasodutos.

Os riscos de impactos negativos sobre populações indígenas são maiores na área do futuro gasoduto Urucu-Porto Velho. Esta parte do projeto afetará mais diretamente alguns povos indígenas da região do rio Purus, tais como: Juma. Este povo possui uma história trágica. Restam apenas 6 sobreviventes. Migraram da região de Coari para o rio Purus no século XVIII, foram massacrados na década de sessenta. Este povo já condenado talvez perca a sua última chance de sobrevivência. Há ainda a possibilidade que a implantação do gasoduto atravesse áreas de grupos indígenas ainda não contatados.

O projeto da Petrobrás de exploração de petróleo e gás natural de Urucu trouxe muitos problemas para a população. O Município de Coari que já sofria com inúmeros problemas estruturais não estava preparado para absorver os impactos de um empreendimento dessa envergadura. Ainda que previsíveis os impactos não foram evitados ou minimizados. O descaso da Petrobrás em relação às propostas do EIA/Rima que aliado ao imobilismo do poder público local permitiram que os impactos negativos atingissem violentamente o ambiente e a população de Coari. Não bastasse ter que arcar com todos os prejuízos ambientais e sociais, Coari se vê invadida por um projeto que explora uma reserva de recurso natural esgotável em 25 anos, sem sequer ter sido incluída entre os futuros usuários da energia gerada com o gás extraído de seu subsolo.

O Seminário identificou os seguintes impactos e propõe as seguintes medidas mitigadoras:

a) Impactos no ambiente bio-físico nas áreas diretamente afetadas pelas obras de engenharia:

- Obstrução com represamento e assoreamento de igarapés ao longo do traçado do polioduto e gasoduto com impacto direto múltiplos sobre as comunidades: redução da população de peixes (matrinchã *Brycon* sp.), contaminação da água tornando-a imprópria para o consumo e uso na produção de farinha, morte da vegetação nas áreas alagadas.

Proposta: Sejam restaurados os fluxos normais dos igarapés afetados com a construção de pontes ou bueiros corretamente dimensionados. Indenização por danos ambientais e econômicos às populações afetadas. Plantio de grama nas áreas desmatadas para reduzir os riscos de erosão.

- Intensificação do tráfego de embarcações pesadas e velozes que causam a diminuição dos peixes, o alagamento de pequenos barcos/canoas com prejuízos materiais e colocam em risco a vida das pessoas; banzeiros mais intensos que causam alagação das masseiras de mandioca, perda de bens pessoais (roupas, louças etc) que são manipulados nos pequenos portos da comunidade; dificuldade de tráfego para pequenas embarcações (canoas) no rio Urucu.

Proposta: Construção de tanques semi-enterrados nas comunidades para o uso na fabricação de farinha; sinalização de navegação através de bóias pela capitania dos postos em todo o trecho do rio Urucu; redução da velocidade dos barcos ao trafegarem nas proximidades dos portos das comunidades.

- Operações de atracação e desembarque nas áreas de pesca e portos comunitárias que causam a contaminação da água, oferecem risco de acidentes pela explosão; interferem na rotina das populações e impede as atividades de pesca com equipamento de espera.

Proposta: mudança do porto de atracação e desembarque que servem as obras da Petrobrás para outras locais que não as áreas de pesca e portos comunitários.

- Barulhos das máquinas que afugentam a caça. Criação de barreiras para o deslocamento de animais silvestres. A dispersão da caça ou o seu confinamento entre o rio Urucu e o polioduto facilitando seu abate predatório.

Proposta: programa de fomento à produção agrícola e de pequenos animais financiados pela Petrobrás diretamente às comunidades que sofrem com a redução de pescado e caça devido os impactos do projeto.

- Salvamento de sítios arqueológicos: perda patrimonial da sociedade coariense com o envio dos dos materiais arqueológicos retirados na operação de salvamento outros centros urbanos.

Proposta: Exigir dos órgãos governamentais que com o apoio financeiro da Petrobrás seja construído um museu municipal e que profissionais sejam capacitados para que a cidade possa abrigar os materiais dos sítios arqueológicos.

b) Impactos sociais no município de Coari.

- Aumento da morbidade (aumento da incidência de doenças sexualmente transmissíveis, doenças endêmicas - hepatitie A e B, hanseníase, tuberculose; viroses - pneumonia; verminoses; e infecção intestinal) e colapso dos serviços de saúde pública.

Propostas: Intensificação de campanhas de saúde pública na mídia; tratamento da água através da fluoretação e cloração; construção de um aterro sanitário; municipalização da saúde; descentralização do atendimento do hospital; reforma do hospital com aumento de leitos e modernização de equipamentos; contratação e capacitação de profissionais de saúde para atuar na cidade e zona rural; postos de saúde nos bairros e locais estratégicos na zona rural para atingir as comunidades mais distantes da sede; reativação e qualificação de agentes de saúde nas comunidades; reativação do SOS ribeirinhos

- Aumento dos índices de violência e criminalidade: tráfico de drogas, pequenos furtos, agressões, homicídios qualificados, prostituição e prostituição infantil; aumento do desemprego; aumento da emigração e surgimento de sem-teto; aumento da incidência da gravidez na infância e adolescência.

Acervo ISA

Propostas: Criar alternativas para aumento da oferta de empregos; exigir prioridade na contratação de trabalhadores de Coari; geração de micro e pequenas empresas; atração e instalação de agroindústrias no município; oferta de cursos profissionalizantes de acordo com a mão-de-obra exigida pelas empreiteiras; divulgação da real oferta de empregos no município em outras cidades para orientar os trabalhadores que pretenderem migrar para Coari; campanhas educativas contra a violência; aumento do contingente policial com formação em relações humanas; programas para a recuperação de crianças e adolescentes infratores como: trabalho com artes, agricultura/granja etc; incentivo aos estudantes com oferta de bolsas de estudos financiadas pelo município para que jovens possam cursar o terceiro grau nas universidades da capital do Estado.

- Agravamento dos problemas de saneamento básico: aumento da produção de lixo e insuficiência da coleta ; insuficiência na distribuição de água potável para os novos bairros.

Propostas: Reciclagem do lixo; Local adequado para destino final do lixo; coleta de lixo regular; campanhas de sensibilização para cuidado com o lixo; leis para punir quem joga lixo nas ruas; substituição do abastecimento de água do rio por água de poços artesianos nos bairros; equipar a empresa responsável pelo abastecimento de forma que possa funcionar em todos os bairros; ampliação da rede de esgotos de forma que possa atender a toda a cidade; criação do matadouro oficial; instalação de uma estação de tratamento das águas dos esgotos.

3. Encaminhamentos

O Seminário aprovou os seguintes encaminhamentos:

- Denunciar a não previsão do aproveitamento do gás natural de Urucu no fornecimento de energia para Coari e pressionar o executivo local e estadual para que seja realizado um projeto para o aproveitamento do gás natural de Urucu para a geração de energia elétrica no município;
- Rearticular e fortalecer os Conselhos municipais de saúde, meio ambiente, infância e adolescência e da educação como mecanismos importantes de controle social das políticas públicas;
- Cobrar do Legislativo municipal que assuma seu papel fiscalizador
- Solicitar do Incra ou Ifam que faça a discriminação das terras do município de Coari e forneça a população as informações sobre a situação fundiária;
- Encaminhar uma solicitação ao Ministério Público reforçando o pedido já feito anteriormente pelo CDDH/Coari, para que tome as medidas cabíveis em relação as denúncias de agressão ao meio ambiente;
- Ampliar o debate em torno do projeto e monitoramento por parte das organizações da sociedade civil as ações previstas nos convênios celebrados entre a Petrobrás, Prefeitura e outros órgãos e no EIA/Rima.
- Produzir uma cartilha sobre o EIA/Rima. Sugestão: que seja elaborada pelo Foram em parceria com o CCA/FUA.
- Promover mini plenários para debater o projeto com a população.
- Divulgar as informações referentes aos projetos nos colégios.
- Aproveitar as mobilizações em torno do dia do trabalhador rural e do Grito dos Excluídos e da segunda Semana Social de Coari para debate e divulgação de informações a respeito do projeto.
- Promover audiências públicas nas Assembléias Legislativas do Amazonas e Rondônia, no Congresso Nacional e debates nas Universidades.
- Propor ao Foram e ao Fórum de ONGs de Rondônia que assumam a responsabilidade de promover a articulação das ações da sociedade civil relativas ao projeto em nível regional; ao CDDH em Coari; a CPT e o Cimi na região do rio Purus; e a CPT e CDDH nos municípios do Solimões que vão ser afetados com o gasoduto para Manaus.Envolver nessa articulação também o Sindipetro, CCA/FUA e INPA.
- Que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente , Ibama, e Sociedade organizada fiscalize rigorosamente no decorrer do projeto de empreendimento da Petrobras

- continuar e intensificar o acompanhamento das sessões da Câmara. O grupo de Cidadania ser ponto de referência das comunidades, para troca de informações;
- fiscalização do ICMS e ISS - que é destinado à prefeitura
- Fazer um acompanhamento sob a questão da geração de energia elétrica para Coari.
- Exigir dos conselhos da criança e do adolescente e procuradoria de justiça, que atuem diante da prostituição infantil, violência dos pais com menores (exigir que o estatuto da criança e do adolescente seja cumprido)
- Cobrar da Petrobrás divulgue para a população a quantidade de repasse dos royalts, impostos do ISS e ICMS para que a prefeitura divulgue através dos meios de comunicações em que está sendo aplicado esses repasses.
- Solicitar à Câmara que convide o Prefeito para prestar esclarecimentos sobre o convênio Petrobrás/SUS e chamar a população para assistir a sessão.
- Cobrar a presença da promotoria pública nas questões ambientais
- Criação de um fórum municipal compostos pelas entidades civis e organizações populares para discutir políticas públicas.
- Formação de Conselhos Deliberativos das comunidades para discutir o Projeto.
- Criação de um escritório do Ibama, ou realização de Cursos de formação de agentes fiscalizadores do IBAMA.
- Formar parceria com ONGs internacional como forma de pressão no sentido de que a gestora do projeto cumpra seu papel na preservação do meio ambiente.